

**DESINSTITUCIONALIZAÇÃO E ABORDAGENS PSICOSSOCIAIS NO
TERRITÓRIO: UMA INVESTIGAÇÃO DAS DEMANDAS E PRÁTICAS DE
CUIDADO EM SAÚDE MENTAL**

Nina Isabel Soalheiro (EPSJV/ Fiocruz)

Elaine Teixeira Rabello (IMS/UERJ)

Renata Ruiz Calicchio (ENSP/Fiocruz)

A Política Nacional de Saúde Mental para o SUS, apoiada na lei 10.216/02 e em três décadas de debates e inovações produzidas a partir do movimento da reforma psiquiátrica, busca a consolidação de um modelo de atenção integral e de base territorial. A Atenção Básica/Saúde da Família, por sua vez, tem a função estratégica de reorientação das práticas e ações de saúde no sentido da integralidade e territorialização do cuidado, se constituindo como a porta de entrada preferencial de todo o sistema de saúde, inclusive das demandas de saúde mental. O Presente trabalho tem como objetivo uma apresentação das reflexões iniciais em torno do processo de trabalho e da construção do projeto metodológico da pesquisa em andamento intitulada *Desinstitucionalização e Abordagens Psicossociais no Território: uma Investigação das Demandas e Práticas de Cuidado em Saúde Mental*. A pesquisa se inclui entre aquelas apoiadas pelo Edital PPSUS/FAPERJ/2009, dentro da linha temática *Avaliação das novas experiências e tecnologias de cuidado voltadas para a rede de atenção psicossocial*. O referido edital tem como objetivo o financiamento e apoio de pesquisas científicas, tecnológicas ou inovadoras, com foco na solução de problemas prioritários de saúde que atingem a população brasileira e no fortalecimento da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

A nossa pesquisa tem por objetivo construir um diálogo entre os princípios da ESF e o projeto contemporâneo da saúde mental no SUS a partir de uma investigação das formas de constituição de redes territoriais de cuidado

em saúde mental. Como marco teórico tomamos os conceitos de *Território*, *Desinstitucionalização* e *Abordagens Psicossociais*, aqui considerados estratégicos. A importância da noção de território no campo da saúde mental vem desde os primórdios da reforma psiquiátrica, com as primeiras experiências de criação dos chamados serviços substitutivos, serviços inseridos no sistema local de saúde e que trabalham com um novo paradigma de cuidado. São serviços locais e com características plurais que substituem a solução única e excludente do modelo biomédico e hospitalocêntrico. Desde então, esses novos dispositivos de cuidado tem o território como conceito central, entendido como espaço de tensões e conflitos, mas também de recursos e solidariedade social (Soalheiro, 1996) e que permanece ainda como importante indicador da qualidade dos serviços e do tipo de transformação na lógica do cuidado que efetivamente conseguem operar (Quintas e Amarante, 2008). Dessa forma, também já são muitas as experiências que demonstram que a atenção em saúde mental no PSF pode ser integral e resolutiva, cuidando das pessoas como elas são, com os problemas que tem, onde elas moram e com os recursos que pudermos construir no seu território.

Após introduzirmos a discussão do território como categoria central, procuramos identificar os conceitos de abordagens psicossociais e desinstitucionalização, no contexto do debate atual da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Vasconcelos (2008) apresenta o campo das abordagens psicossociais como um campo aplicado, que utiliza de conhecimentos das ciências básicas com claros objetivos de pensar, planejar ou executar intervenções nas políticas públicas. O autor define as abordagens psicossociais como aquelas que articulam a relação dos fenômenos psicológicos com as outras dimensões da vida, não reproduzindo o dispositivo de prática terapêutica proposto pelas abordagens clínicas convencionais que não consideram o contexto histórico e suas determinações e finalidades sociais, políticas e culturais.

São muitos os estudos que apontam as convergências (Dorsa, F e Onocko Campos, 2009; Nunes, M.; Jucá, V.J.; Valentim, C.P.B., 2007. Tófoli, L.F., 2007) e a necessidade de uma articulação potente entre saúde mental e

atenção básica e seu importante papel na assistência as demandas em Saúde Mental.

Para a nossa investigação escolhemos como campo algumas unidades de Saúde da Família localizadas no território da AP 3.1 no município do Rio de Janeiro/RJ, tendo como critério para a sua elegibilidade a vinculação dessas equipes ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP-Fiocruz). Sendo assim, estão incluídas as seguintes unidades: Clínica da Família Zilda Arns, Clínica da Família Rodrigo Roig e PSF Esperança (Complexo do Alemão) e a Clínica da Família Victor Valla, representada pelas equipes que atendem as comunidades Ex-Combatentes e Mandela de Pedra (Manguinhos). Para isso temos como objeto de investigação as demandas e as abordagens psicossociais envolvidas na construção de redes territoriais de cuidado em saúde mental nos referidos territórios. A pesquisa pretende mapear e discutir o itinerário dessas demandas e as práticas de cuidado que podem ser caracterizadas como abordagens psicossociais.

Estamos realizando uma pesquisa com metodologia qualitativa que inclui: entrevistas com gestores do nível central, da área programática e das unidades de saúde abrangidas pela pesquisa; grupos focais com trabalhadores das unidades para, a partir da discussão do processo de trabalho, fazer a indicação de pelo menos um caso de saúde mental no qual a equipe identifica um processo de construção de rede de cuidado no território; estudo de caso dos usuários indicados, incluindo entrevistas em profundidade e análise de narrativas, com o objetivo de reconstituir as formas de construção de redes territoriais de cuidado em saúde mental. Dessa forma, a nossa pesquisa pretende se somar ao conjunto de contribuições ao debate da inclusão da saúde mental na atenção básica, em especial no município do Rio de Janeiro.